

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO**Líder**

José Eduardo Dutra

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitacio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 5ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE FEVEREIRO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

Nº 33/97, de 20 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação do Senador Gilberto Miranda para exercer a função de Vice-Líder do partido, em substituição ao Senador Joel de Hollanda..... 04320

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/23, de 1997 (nº 379/97, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão relativa à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para que possa contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de vinte e quatro milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à implementação do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor do Rio Grande do Norte. 04320

Recebimento do Ofício nº 378/97, de 21 do corrente, do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Senado relação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) analisadas no mês de janeiro de 1997, sendo que houve indeferimento de sete operações da espécie no referido período. (Diversos nº 9, de 1997) 04320

Término do prazo sem que tenham sido oferecidas emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências..... 04320

Realização hoje, na Catedral de Brasília, às dezoito horas e trinta minutos, da missa de sétimo dia pelo passamento do Senador Darcy Ribeiro..... 04320

1.2.3 – Discurso do Expediente

SENADOR Osmar Dias – Desafios da reforma agrária, em face dos últimos incidentes entre os sem-terra e os proprietários rurais. Concla-

mando as lideranças do Movimento dos Sem-Terra à discussão sem radicalismo dos rumos da reforma agrária. 04320

1.2.4 – Requerimento

Nº 137, de 1997, do Sr. Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Deputado Homero Oguido. **Aprovado**, tendo usado da palavra o Sr. Osmar Dias. 04324

1.2.5 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

Ata da 7ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 30 de maio de 1996, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 04326

Ata da 3ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 20 de fevereiro de 1997, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 04326

Ata da 4ª Sessão Não Deliberativa, realizada em 21 de fevereiro de 1997 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente..... 04326

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 141 a 152, de 1997 04326

4 – CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN

Atas das 148ª a 150ª Reuniões, realizadas em 22-5-96, 19-9-96 e 23-1-97, respectivamente. 04328

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 5ª Sessão não Deliberativa em 24 de fevereiro de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães e Geraldo Melo

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte:

OF. Nº 33/97-GLPFL

Brasília, 20 de fevereiro de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Gilberto Miranda para exercer as funções de Vice-Líder do Partido da Frente Liberal, em substituição ao Senador Joel de Hollanda.

Atenciosamente, Senador **Hugo Napoleão**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a indicação solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/23, de 1997 (nº 379/97, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, manifestação daquele Órgão, relativa à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, para que possa contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de vinte e quatro milhões de dólares norte-americanos, cujos recursos serão destinados à implementação do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor do Rio Grande do Norte.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 378/97, de 21 do corrente, por meio do qual encaminha ao Senado relação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), analisadas no mês de janeiro de 1997.

Comunica, ainda, que houve indeferimento de sete operações da espécie no referido período. (Diversos nº 9, de 1997)

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que altera dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e determina outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica aos Srs. Senadores que se realizará hoje, na Catedral de Brasília, às dezoito horas e trinta minutos, a missa de sétimo dia pelo passamento do Senador Darcy Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Freitas Nobre. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, novamente, neste final de semana, fatos lamentáveis foram divulgados pela imprensa, manchando de sangue a história da reforma agrária em nosso País. Diante desses graves acontecimentos, nós não podemos ficar calados, mesmo porque, antes de sermos Senadores, somos cidadãos e temos responsabilidade diante desse processo tão controvertido.

Nos últimos tempos, o programa de reforma agrária parece caminhar rumo à efetivação. E, no meu entendimento, ele deve ser tratado como um programa de desenvolvimento social, mas ora descamba novamente para o campo político-ideológico.

Ocorreram mortes e conflitos até em meu Estado, o Paraná, Estado tradicionalmente pacífico no que se refere à questão da terra, pelo menos nas duas últimas décadas; porém, radicalismo de um

lado e irresponsabilidade de outro levaram a ferimentos tão graves que hoje o sem-terra ferido não é só um sem-terra é, também, um sem-perna. Perdeu a perna numa ação da Polícia, que até hoje não se explicou.

Pergunto-me: quem é contra a reforma agrária em nosso País? Os proprietários de terra, aqueles que têm sua terra produtiva, de acordo com a legislação vigente – inclusive o Congresso Nacional acaba de aprovar o rito sumário e o ITR progressivo –, não são contra a reforma agrária porque sabem que, quanto mais famílias assentadas, menor o risco de alguém pretender desapropriar a sua própria terra e, dessa forma, terão mais tranquilidade e paz para continuarem produzindo. Portanto, de parte dos proprietários rurais – e eu sou um deles – jamais ouvi uma palavra ou um discurso contrário à reforma agrária.

O Governo é contra a reforma agrária? Ora, o Governo não pode ser contra a reforma agrária, ele é o maior interessado em estabelecer a ordem e a paz no campo e nas cidades deste País. O Governo apresenta alguns números que precisam ser discutidos. Não acredito que alguém possa contestar números, porque eles quando apresentados e comprovados são incontestáveis.

Nesses dois últimos anos, o Governo assentou 105 mil famílias – 42 mil em um ano e 62 mil noutro – e acredito que esses números sejam verdadeiros, porque nele estão incluídas propriedades com títulos de emissão de posse, enfim, áreas regularizadas. Números, portanto, acima dos que vinham sendo verificados na média histórica do País, suplantando a própria meta do Governo.

Hoje, o Governo apresenta o seguinte número: há áreas suficientes para assentar quarenta mil famílias em 1997 e há vinte e cinco mil famílias acampadas na beira das estradas. Dessas vinte e cinco mil famílias, Sr. Presidente, vinte mil são controladas pelo Movimento dos Sem-Terra. É nesse ponto que quero chegar.

Se existe terra desapropriada suficiente para assentar quarenta mil famílias e se existem vinte e cinco mil famílias sem terra, por que não se chega a um acordo pacífico para o assentamento dessas famílias? Por que o Movimento dos Sem-Terra em vez de radicalizar e provocar conflitos, inclusive a ressurreição de um outro movimento radical, neste caso de direita, o da UDR, em vez de provocar o Governo, invadir sede do INCRA e comandar a invasão de novas propriedades, não se organiza para cumprir os seus objetivos próprios? Por quê?

Com certeza, não era objetivo do MST, quando foi criado, discutir a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, como não foi objetivo desse movimento discutir reeleição; enfim, assuntos que interessam à sociedade brasileira, mas que não estão no programa oficial do Movimento dos Sem-Terra que, ao levar a discussão para esse campo, descaracteriza-se e perde a autoridade.

O Movimento dos Sem-Terra não foi criado para discutir se devemos privatizar ou não a Companhia Vale do Rio Doce; foi criado, isto sim, para organizar as famílias que pretendem terra. Mas organizar essas famílias não para invadir terra, não para dizer ao Governo: "Se não assentar todas os acampados de beira de estrada, vamos invadir a sede do INCRA", e daí por diante.

Os conflitos ocorrem, porque, se um lado está quem pretende obter terra, do outro, com certeza, há outro interesse. Muitas vezes, há um interesse inexplicável, quando a terra é devoluta e lá existe um grileiro. É o caso de algumas propriedades do Pontal do Paranapanema – estive no Ministério e verifiquei isso.

Não se pode tirar o direito de quem está do outro lado, de quem é proprietário, tem escritura e deu uma vida – sua e da sua família – para construir aquele patrimônio, e, de repente, vê que sua propriedade é invadida e tem de se calar, como se o outro tivesse o direito de possuir a terra e ele não. Ele trabalhou para ter aquele patrimônio e nele quer ficar com sua família; portanto, tem o direito de reagir, não violentamente, mas buscando o respaldo da Justiça.

O que ocorre quando um fazendeiro, um proprietário de terra busca o respaldo da Justiça? Há o acirramento do conflito, incitado principalmente por lideranças que querem só o radicalismo, porque, se o processo de reforma agrária caminhar, ficará mais difícil a obtenção de recursos externos para financiar o movimento, ficará mais difícil a viabilização de sua própria liderança diante de uma massa muitas vezes de inocentes e até de ingênuos. Ficarão muito mais difícil, enfim, fortalecer algumas pseudolideranças e mantê-las com boa remuneração e até muito distantes do sofrimento dos seus liderados que estão acampados nas beiras das estradas em condições subumanas.

Não adianta ir a um acampamento e dormir uma noite sob uma barraca. Uma só noite é insuficiente para sentir o drama das famílias que lá estão, não porque querem, muitas vezes, mas porque foram levadas para lá com a esperança vã de conse-

guir, amanhã, um pedaço de terra. Deve-se ressaltar que, para haver a desapropriação e, depois, a conquista de um pedaço de terra, existe o Poder Judiciário, e aí, muitas vezes, caminham lentamente as ações de desapropriação e os recursos impetrados. Também o Governo precisa, sim, acelerar a execução de medidas após o processo de desapropriação. Todos sabemos que muitos fazendeiros, cujas terras foram desapropriadas, até hoje não receberam as TDAs respectivas e lutam na Justiça para recebê-las, desvalorizadas é verdade.

Então, se esses setores não estão contra a reforma agrária, contra ela estão as lideranças que se unem, radicalizam e transformam um programa de desenvolvimento social em programa partidário e ideológico, como ocorreu há alguns anos.

O Sr. Guilherme Palmeira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Guilherme Palmeira - Quero congratular-me com V. Ex^a, que faz esse brilhante pronunciamento. Penso que é unânime no Congresso Nacional, especialmente no Senado da República, o entendimento de que se deve dar terra a quem dela precisa. Penso também que há necessidade de se definir quem são os sem-terra. Não é simplesmente quem era bancário ou até banqueiro, quem era comerciante ou comerciário, que não obteve sucesso em seus negócios ou na sua atividade inicial e que resolve juntar-se aos sem-terra apenas para possuí-la e não para nela trabalhar e produzir. Lamentavelmente tais pessoas, mais preparadas, ideologicamente determinadas, tomam a frente para invadir a terra daqueles que produzem. Há não apenas terras devolutas, mas também terras improdutivas, em condições de serem cedidas àqueles que realmente querem trabalhar. Como bem disse V. Ex^a, nós, o Governo e as entidades governamentais ainda não conseguimos dar o respaldo, dar a cobertura financeira e técnica àqueles que hoje ainda possuem alguma terra agricultável. Precisamos de uma definição: quem é sem-terra? A grande maioria do povo brasileiro é sem-terra, mas desenvolve outras atividades. O Governo não pode permitir que se deteriore todo esse processo. Queremos reforma agrária, queremos terra para os sem-terras, mas queremos principalmente financiamento e ajuda para aqueles que têm terra e não podem produzir por falta de assistência. Então, mais uma vez, parabéns V. Ex^a, que é um defensor da atividade agrícola. Precisamos juntar todas as vozes, independentemente de

ideologia. Juntos, precisamos buscar soluções e não apenas estimular agitadores que provocam aqueles que têm terra e querem defendê-la. Não defendemos a violência dos que têm terra contra os que não a têm. É preciso que todos nós busquemos, juntos, uma solução para todos, para os que têm e para os que não têm terra.

O SR. OSMAR DIAS - Muito obrigado, Senador Guilherme Palmeira. A prova de que o discurso de algumas lideranças radicais está ultrapassado é que o Governo está dizendo: "Temos área suficiente para assentar 40 mil famílias já", e o movimento diz que há 25 mil famílias acampadas. Por que o movimento não organiza essas famílias de forma a distribuí-las regionalmente? O problema está aí. Muita gente quer terra nas margens de uma rodovia asfaltada e, por isso, não se desloca para receber a terra no interior do Pará, por exemplo, ou no interior do Mato Grosso ou de outro Estado qualquer, onde a terra não é tão boa quanto as do Pontal do Paranapanema, que são altamente férteis. Evidentemente, o movimento tem a obrigação de organizar essas famílias e encaminhá-las para os locais onde há possibilidade de assentamento.

Há outro problema. Eu até lançaria um desafio àquele líder do Movimento dos Sem-Terra que escreveu uma carta ao Presidente da República, falando da perda de qualidade do social democrata Fernando Henrique Cardoso ao longo da vida. Se déssemos ao José Rainha trinta hectares de terra, quantidade dada às famílias assentadas, ele conseguiria sobreviver? Penso que não, porque demonstra total desconhecimento do que é um processo produtivo ao pregar a desapropriação como se ela fosse a salvação do Brasil. Sabemos que estamos diante de um problema gravíssimo de viabilização de pequenas propriedades, e esse é um desafio que o Governo tem de enfrentar. Vou cobrar do Governo – aproveito para comunicar que estou integrando a bancada do PSDB novamente – a definição de uma política de apoio especial às pequenas propriedades. Sem uma política nesse sentido, vamos assentar cem mil, desassentar duzentas mil famílias e andar para trás, ou seja, vamos fazer a reforma agrária às avessas.

Eu até faria este desafio: assentar o líder do Movimento Sem-Terra, José Rainha, e deixá-lo durante um ano, dois, cinco, nas mesmas condições em que pede que sejam assentadas seus companheiros. Iríamos verificar, depois, sua competência para viabilizar aquele pequeno pedaço de terra. Garanto que ele não se sustentaria com esse pedaço de terra, como se sustenta com os recursos do Mo-

vimento dos Sem-Terra, que são maiores quanto mais radical é o movimento. E aí se justificam, inclusive, os recursos externos que sustentam o discurso fácil, demagógico, o discurso radical, a exacerbação, os conflitos que alimentam, mesmo que seja com sangue, esse processo. Não importa, o que importa é a sobrevivência de meia dúzia de lideranças que se colocam acima da lei, acima do Governo e que saem pelo País afora pregando o direito à propriedade, esquecendo-se que o direito à propriedade também é de quem está na propriedade. Se ela é grande e produtiva, a lei a protege. Se ela é grande e improdutiva, eu, o Rainha, todos os senadores, todos os cidadãos do País, defendemos a sua desapropriação.

Uma coisa é certa. Essa história de gerar conflitos, de fazer com que o Governo brigue com os sem-terra, isso é papel de quem é contra a reforma agrária. Fiz uma pergunta aqui no início: quem é contra a reforma agrária? São as lideranças radicais de um extremo e de outro, porque, ao se confrontarem, perdem os sem-terra e perde a sociedade, pela insegurança que gera nessas regiões de conflito.

O Sr. Ramez Tebet - V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. OSMAR DIAS – Com satisfação, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet - Senador Osmar Dias, V. Ex^a tem razão, e a opinião pública brasileira é unânime sobre esse assunto. Todos os setores do País entendem que a construção de uma sociedade mais justa passa, necessariamente, por uma reforma agrária. Mas que tipo de reforma agrária? Todos nós temos plena convicção de que a reforma agrária deverá ser feita dentro da lei, dentro da ordem; a reforma agrária tem que ser justa. Todos nós sabemos que a mesma sociedade que quer a reforma agrária repudia a sua realização por aqueles que acreditam que essa reforma possa ser feita por meio de invasões, de violência, de desordem, de cárcere privado, de seqüestro, enfim dentro da ilegalidade. Precisamos reconhecer – V. Ex^a tem razão – que, nesses últimos dois anos, foram assentadas mais de cem mil famílias. O Governo e o Congresso Nacional estão unidos. Nós, aqui, no Congresso Nacional, estamos dando apoio ao Poder Executivo para que sejam utilizados os instrumentos que possam viabilizar a reforma agrária que a sociedade quer – esta que abomina a violência e as invasões. Nós, aqui no Congresso, temos fornecido esses instrumentos. Concedemos o rito sumário, matéria da qual tive a honra de ser Relator. Além do rito sumário, concedemos um outro instrumento fortíssimo: o Imposto Ter-

ritorial Rural. Em dois anos, o Governo assentou mais de cem mil famílias. Parece-me que, cada vez que assentamos famílias, levamos não esperança a esse povo – esta temos a obrigação de dar -, mas, talvez, estejamos levando ilusão. Quero me corrigir: não estamos levando ilusão; cria-se uma ilusão. E fica fácil para os movimentos que estão fora da ordem sair do campo para a cidade para arrebatar aqueles que necessitam de um trabalho digno, que lhe permita sustentar sua família, acenando-lhes com um pedaço de chão e aumentando, portanto, a leva daqueles que entendem que, através da terra, terão a solução de seus problemas. Nesse sentido, o aparte que o Senador Guilherme Palmeira fez ao brilhante discurso de V. Ex^a está absolutamente correto: é preciso que se defina o que é sem-terra, que haja, pois, um cadastramento daqueles que conhecem a terra, que têm trato com a terra, já que a maioria dos brasileiros realmente não possuem um pedaço de chão, embora o Brasil tenha condições de contemplar...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Ramez Tebet, a Presidência informa a V. Ex^a que o tempo do orador está esgotado.

O Sr. Ramez Tebet – Se está esgotado o tempo do orador, imagine o meu; peço desculpas por haver me alongado no aparte, Senador Osmar Dias. Todavia, sei da generosidade de V. Ex^a e concluo dizendo que, a meu ver, devemos ter uma política de cadastramento daqueles que realmente necessitam de terra. No mais, congratulo-me com V. Ex^a e solicito à Mesa que, do meu aparte, conceda alguns minutos a V. Ex^a para que conclua o seu brilhante pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Volto a palavra ao Senador Osmar Dias para que conclua o seu pronunciamento.

O SR. OSMAR DIAS – Serei breve, Sr. Presidente.

Quero fazer um desafio ao líderes do Movimento dos Sem-Terra. Não que ofereçam uma trégua, porque não é isso o que o Governo quer, embora seja o que a sociedade esteja pedindo. Que as lideranças do MST, que são pessoas inteligentes, com um discurso invejável, deixem o discurso, o radicalismo e até essa audácia e essa ganância de se manterem líderes e se sentem com as autoridades do Governo para discutirem duas coisas – aí vou acreditar que há boa intenção no Movimento dos Sem-Terra: primeiro, fazer aquilo que os Senadores acabaram de dizer, ou seja, um cadastro de famílias que tenham realmente vocação para a terra. Porque, se fizermos um levantamento, vamos chegar à conclu-

são de que mais de 30% das famílias assentadas até hoje em nosso País deixaram o assentamento, e algumas delas até voltaram para a fila do assentamento da reforma agrária. Este é um ponto: sentem-se com o Governo para estabelecer quem deve ser assentado.

Segundo ponto: o Brasil é grande, mas os Estados, as unidades federativas, têm estruturas do Governo e do Movimento dos Sem-Terra. Então, que cada núcleo, em cada Estado, levante as propriedades passíveis de desapropriação, mas leve em conta o que a lei determina como propriedade produtiva. Desapropriar latifúndio improdutivo, vamos apoiar sempre.

Certa ocasião, Sr. Presidente, quando eu era Secretário da Agricultura do Paraná e estávamos nesse conflito de terras, nessa discussão, apoiando uma reforma agrária pacífica, ordeira, ajudando os assentados, o Movimento disse que se não fossem adotadas tais medidas invadiriam a minha propriedade. Eu disse: invadam devagar, porque ela é tão pequena que, correndo, vocês vão atravessá-la e irão invadir também a do vizinho.

Então, não há critérios. Invadir, por quê? Não interessa se ela é produtiva, se é pequena, grande? Isso está ocorrendo, inclusive no Pontal do Paranapanema, onde muitas propriedades são devolutas, mas outras, não, e se confundem as propriedades que realmente devem ser desapropriadas, desrespeitando a propriedade alheia.

Sr. Presidente, estou pensando em apresentar um requerimento a esta Casa para que este assunto seja discutido na Comissão de Assuntos Econômicos, convocando aqui lideranças do Movimento dos Sem-Terra e autoridades do Governo. Não estou certo desta apresentação, vou consultar ainda algumas autoridades desta Casa, mas creio ser este o momento de evitarmos os conflitos que estão ocorrendo, provocados por falsas lideranças.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Osmar Dias, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúdio Coelho.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 137, DE 1997

Senhor Presidente,

Pelo falecimento do Deputado Homero Oguido requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento

Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado do Paraná;
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 1997. –

Osmar Dias – Geraldo Melo – Lúdio Coelho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Este requerimento depende de votação, para cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os senhores Senadores.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB-PR. Para encaminhar. Sem revisão do Orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, este requerimento faz justiça a um Parlamentar respeitado no meu Estado, que faleceu nesta madrugada. Evidentemente que, não sendo deliberativa esta sessão, encerrar agora os trabalhos seria uma homenagem justa que o Senado prestaria ao Deputado Homero Oguido, da Bancada do PMDB do Paraná, que cumpria na Câmara dos Deputados a sua segunda legislatura. Sua Excelência foi vereador em Londrina, Deputado Estadual de 1983 a 1987; Deputado Federal de 1987 a 1991; Deputado Federal de 1991 a 1995. Aliás, cumpria seu terceiro mandato como Deputado Federal eleito até 1999.

Sr. Presidente, encaminhei o requerimento para a apreciação de V. Ex^a e dos Srs. Senadores desta Casa, para que possamos prestar uma homenagem ao ex-Deputado Homero Oguido, falecido na madrugada de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 15h 30min

– 1 –

REQUERIMENTO Nº 1.198, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.198, de 1996, do Senador Nabor Júnior, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta

do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1996, com o Projeto de Lei do Senado nº 33, de 1996, por versarem sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas.

– 2 –

REQUERIMENTO Nº 1.237, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.237, de 1996, do Senador Silva Júnior, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 104 e 202, de 1996, por versarem sobre identificação tátil em cédulas e moedas.

– 3 –

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 1996, do Senador Ramez Tebet, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 1996, com as de nºs 15, 45 e 49, de 1996, que já tramitam em conjunto, por versarem sobre imputabilidade penal.

– 4 –

REQUERIMENTO Nº 103, DE 1997

Votação, em turno único, do Requerimento nº 103, de 1997, do Senador Gilberto Miranda, solicitando, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 220, de 1996, de sua autoria, que revoga dispositivos legais que regulam o exercício de diversas profissões.

– 5 –

REQUERIMENTO Nº 1.250, DE 1996

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.250, de 1996, da Senadora Benedita da Silva, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 1996, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que revoga dispositivos legais que regulam o exercício de diversas profissões, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 6 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 93, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1995 (nº 4.235/93, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que altera a Lei nº 8.432, de 11 de junho de 1992, para redefinir as jurisdições das Juntas de Conciliação e Julgamento nas Regiões da Justiça do Trabalho e dá outras providências, tendo

Pareceres:

- proferido em Plenário, Relator: Senador Francelino Pereira, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e às emendas de nºs 1 e 3 e contrário às de nºs 2 e 4;

- sob nº 271, de 1996 (sobre o Ofício nº S/49, de 1995, em atendimento ao Requerimento nº 1.442/95), da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pela apresentação do Requerimento nº 521/96, requerendo o sobrestamento da proposição, a fim de aguardar as propostas de modificações consideradas necessárias, no prazo que fosse convencionado, com voto em separado do Senador José Eduardo Dutra; e

- sob nº 1 de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e à emenda nº 3, apresentando as emendas nºs 7 e 8-CCJ; pela prejudicialidade das emendas nºs 4 e 6; pela inconstitucionalidade da emenda nº 5, e pela retirada das emendas nºs 1 e 2.

– 7 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1995 (nº 1.323/91, na Casa de origem), que institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências, tendo

Pareceres:

- sob nº 36, de 1996, favorável, da Comissão de Assuntos Sociais; e

- proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação (audiência aprovada pelo Requerimento nº 286/95), Relator: Senador Valmir Campelo, favorável, com emenda que apresenta.

– 8 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 1995, de iniciativa da Comissão Especial Temporária criada pelo Requerimento nº 480, de 1995, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 712, de 1996, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto e à emenda nº 1, contrário às de nºs 3 a 6, pela prejudicialidade da de nº 2, e apresentando, ainda, as emendas nºs 7 e 8-CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h2min)

ATA DA 7ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL,

REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 1996

(Publicada no **DSF** nº 97, de 31 de maio de 1996)

RETIFICAÇÃO

Na página 09231, 2ª coluna, no item 28,

Onde se lê:

"**José Eduardo Dutra** (Of. nº 016/96), no período de 22 a 29 de maio, para tratar de assuntos de interesse particular;"

Leia-se:

José Eduardo (Of. nº 016/96), no período de 22 a 29 de maio, para tratar de assuntos de interesse particular;

ATA DA 3ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 1997

(Publicada no **DSF**, de 21 de fevereiro de 1997)

RETIFICAÇÃO

No sumário, à página 4125, 2ª coluna, no item 1.3.5 — Ofícios,

Onde se lê:

.....
Nºs 194, 196, 198, 200, 202, 204 e 206, de 14 do corrente, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.507-16, 1.508-14, 1.511-7, 1.522-4, 1.523-4, 1.524-4 e 1.565-1, de 1997.

Leia-se:

.....
Nºs 194, 196, 198, 200, 202, 204 e 206/97, de 14 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.507-16, 1.508-14, 1.511-7, 1.522-4, 1.523-4, 1.524-4 e 1.565-1, de 1997.

ATA DA 4ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 1997

(Publicada no **DSF**, 22 de fevereiro de 1997)

RETIFICAÇÃO

No Sumário à página 4287, no item 1.2.3 — Requerimentos,

Onde se lê:

Nº 136, de 1996, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a inclusão em Ordem do

Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar, que dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias, previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Leia-se:

Nº 136, de 1997, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar, que dispõe sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias, previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 141, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.522/97-7, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ALVORITO JOÃO TUMELEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 142, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1778/97-8, resolve dispensar o servidor **DONIZETE LAMEU MOREIRA**, matrícula 3871, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo — Área 2 — Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Commissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-3, do Gabinete do Senador Coutinho Jorge, com efeitos financeiros a partir de 3 de fevereiro de 1997, mantendo-o lotado no mesmo órgão.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. —
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 143, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1778/97-8, resolve designar o servidor **DONIZETE LAMEU MOREIRA**, matrícula 3871, ocupante do cargo de Técni-

co Legislativo – Área 2 – Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Contínuo, Símbolo FC-1, do Gabinete do Senador Coutinho Jorge, com efeitos financeiros a partir de 3 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 144, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 002.521/97-0, resolve tornar sem efeito o Ato nº 113, de 1997, desta Diretoria-Geral, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal de 19 de fevereiro de 1997, que nomeou IMÉRIA CATARINA LETTRARI DE MOURA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 145, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve exonerar LUIZ JOÃO DANTAS, matrícula nº 4630, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Levy Dias.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 146, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, resolve alterar a lotação de SALVADOR DODERO, matrícula nº 4846, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar da Terceira Secretaria, nomeado pelo Ato do Diretor-Geral nº 153, de 1993, passando a ter exercício no Gabinete do Senador Levy Dias.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 147, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 001.839/97-7, resolve alterar a lotação do servidor FREDERICO MONTEIRO ALVARES AFONSO, matrícula nº 6218, ocupante

do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar da Primeira Secretaria, nomeado pelo Ato do Diretor-Geral nº 294, de 1995, passando a ter exercício no Gabinete do Senador Odacir Soares.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 148, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.835/97-1, resolve exonerar, a pedido, na forma do disposto no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, NELSON RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ESTEVES, matrícula nº 6224, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir da data da publicação deste Ato.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 149, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.835/97-1, resolve nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, NELSON RIBEIRO DE ALBUQUERQUE ESTEVES para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Júlio Campos.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 150, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida, pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1923/97-8, resolve dispensar o servidor FRANCISCO TONU DA COSTA JUNIOR, matrícula 1636, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete da Segunda Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 05 de fevereiro de 1997, e lotá-lo no Gabinete do Senador Renan Calheiros a partir da mesma data.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. – **Agaciel da Silva Maia**, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 151, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 1923/97-8, resolve designar o servidor FRANCISCO TONUDA COSTA JUNIOR, matrícula 1636, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Renan Calheiros, com efeitos financeiros a partir de 5 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 152, DE 1997

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2165/97-0, resolve designar o servidor JOSIAS CHAVES DE AMORIM, matrícula 1536, ocupante do Cargo efetivo de Analista Legislativo, Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PFL, com efeitos financeiros a partir de 7 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 24 de fevereiro de 1997. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN
Ata da 148ª Reunião

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e seis, às nove horas, na sala de reuniões da Diretoria Executiva do Prodasen, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Odacir Soares reuniu-se o Conselho de Supervisão do Prodasen. Comparecem à reunião os Conselheiros Dr. José Jabre Baroud, Drª Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Dr. Jorge Antonio Orro, Dr. Rubem Martins Amorese e o Dr. Marco Antonio Pais dos Reis, Diretor-Executivo do Prodasen. Compareceram, ainda, a convite do Presidente, Senador Odacir Soares, o Dr. Agaciel da Silva Maia, Dr. Raimundo Pontes Cunha Neto, Antonio Augusto Araújo da Cunha e o Dr. Rui Oscar Dias Janiques, respectivamente, Diretor da Divisão de Desenvolvimento e Sistemas e Diretor da Divisão Administrativa e Financeira do Prodasen. Inicialmente foi feita a leitura da Ata da 147ª reunião que, não tendo merecido qualquer reparo, foi aprovada. Em seguida o Sr. Presidente concede a palavra ao Conselheiro Dr.

Jorge Antônio Orro, que apresenta parecer favorável ao processo PD0300/95-0, referente à autorização dada para assinatura de Convênio de Cooperação Técnica com a Empresa Folha de São Paulo. Após discussão o parecer é aprovado. Parecer favorável ao processo PD0539/95-3, referente à autorização dada para manutenção pelo prazo de um ano da Tabela de Custos do Prodasen. Após discussão o parecer é aprovado. Apresenta parecer ao processo PD0144/93-8, referente a proposta de extensão da incorporação do Prêmio de Produtividade aos inativos à época da incorporação. Após leitura do parecer, o assunto foi transferido para a próxima reunião. Com a palavra o Conselheiro Dr. José Jabre Baroud apresenta parecer favorável ao processo PD00321/95-8, referente à regulamentação do cadastramento, descadastramento e atualização de cadastro no âmbito do Senado Federal para acesso aos sistemas do Ministério da Fazenda. Após discussão, o parecer é aprovado. Apresenta parecer ao PD0316/95-4, referente ao acesso ao SICON pela ASSISEFE. Após leitura fica adiada a discussão para a próxima reunião. Com a palavra a Conselheira Drª Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, apresenta parecer favorável ao processo PD0400/95-5, referente à regulamentação do atendimento pelo Prodasen a ex-Senadores. Após discussão o parecer é aprovado. Com a palavra o Diretor-Executivo apresenta o Plano de Treinamento para 1996. Após discussão é aprovado. O Conselheiro Dr. José Jabre Baroud foi designado para relatar o PD0381/95-0 – Proposta de concessão de anistia de débito ao Ministério da Fazenda em razão da reciprocidade de tratamento e a Conselheira Cleide Maria Barbosa Ferreira foi designada para relatar o PD0579/95-5 – Requerimento de servidores do Prodasen de aproveitamento para reenquadramento em virtude de sua aprovação em concurso público do TCU. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, e eu, Raquel Pinheiro Garcia, Secretária do Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes. Brasília – DF, 22 de maio de 1996. – Senador **Odacir Soares**, Presidente – **José Jabre Baroud**, Conselheiro – **Jorge Antonio Orro**, Conselheiro – **Cleide Maria F. Cruz**, Conselheira – **Rubem Martins Amorese**, Conselheiro – **Marco Antonio P. dos Reis**, Diretor-Executivo do Prodasen.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN
Ata da 149ª Reunião

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e seis, às dez ho-

ras, no Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Odacir Soares, reuniu-se o conselho de Supervisão do Prodasen com a presença dos Conselheiros Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Rubem Martins Amorese e Marco Antonio Pais dos Reis, Diretor-Executivo do Prodasen. Compareceu, ainda, a convite, Loísio José dos Santos, Assessor da Diretoria Executiva do Prodasen. Ausentes por motivo justificado os Conselheiros José Jabre Baroud e Jorge Antonio Orro inicialmente o Diretor Executivo do Prodasen efetuou a leitura de parecer favorável do Conselheiro José Jabre Baroud ao processo PD0381/95-0, que trata de baixa de saldo devedor do Ministério da Fazenda. O parecer foi aprovado. Continuando, procedeu à leitura de parecer favorável do Conselheiro Jorge Antonio Orro ao processo DP0144/93-8, sobre a extensão da incorporação do Prêmio de Produtividade aos servidores inativos do Prodasen à época da incorporação. O parecer, que concluiu pelo encaminhamento à Comissão Diretora de Ante-Projeto de Resolução dispondo sobre a matéria, foi aprovado. Com a palavra, o Conselheiro Rubem Martins Amorese apresentou parecer favorável ao processo PD0466/95-6 que trata da nova Tabela de Custos do Prodasen. O parecer foi aprovado e assinado o Ato correspondente. Em seguida a Conselheira Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz apresentou parecer sobre os seguintes processos: parecer contrário ao processo PD0579/95-5, que trata de requerimento de servidores do Prodasen ocupantes da categoria de Técnica de Informática Legislativa, no sentido de serem reenquadrados na categoria de Analista de Informática Legislativa, em virtude de terem sido aprovados em concurso do Tribunal de Contas da União. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0264/96-4, que trata da nova regulamentação do pagamento aos servidores do Prodasen de gratificação pelo encargo de membro de comissões, adequando a situação àquela vigente no Senado Federal. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0456/92-6 que trata da proposta de alteração da regulamentação do pagamento de gratificação aos servidores do Prodasen, pelo encargo temporário de professor ou monitor de treinamento e pela execução de trabalho técnico ou científico, adequando a situação àquela vigente no Senado Federal. O parecer foi aprovado. A seguir o Senhor Presidente do Conselho procedeu à distribuição das seguintes matérias: processos nºs PD0458/86-1, que trata da solicitação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para a cessão

e instalação de um microcomputador e impressora na sua Assessoria Parlamentar; PD0280/96-8, que trata de proposta do IBEP – Instituto Brasileiro de Estudos Políticos para conexão de equipamentos e troca de informações com o Prodasen. Estes processos foram distribuídos à Conselheira Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz para relatar. Processo nº PD0347/96-5, que trata da assinatura de Convênio com a Caixa Econômica Federal para concessão de empréstimos sob consignação aos servidores do Prodasen. O processo foi distribuído ao Conselheiro Rubem Martins Amorese para relatar. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, eu, Raquel Pinheiro Garcia, Secretária do Conselho de Supervisão, lavei a presente Ata que vai assinada pelo Sr. Presidente demais membros presentes à reunião. Brasília-DF., 19 de setembro de 1996. – Senador **Odacir Soares**, Presidente – **Rubem Martins Amorese**, Conselheiro – **Cleide Maria B. F. Cruz**, Conselheira – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo do Prodasen.

CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN Ata da 150ª Reunião

Ao vinte e três dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e sete, às dez horas, no Gabinete do Senhor Primeiro Secretário, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Senador Odacir Soares, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Prodasen com a presença dos Conselheiros, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Rubem Martins Amorese, Jorge Antonio Orro e Marco Antonio Pais dos Reis, Diretor-Executivo do Prodasen. Compareceu, ainda, a convite, Loísio José dos Santos, Assessor da Diretoria Executiva do Prodasen. Ausente por motivo justificado o Conselheiro José Jabre Baroud. Inicialmente foi feita a leitura das Atas das 148ª e 149ª reuniões, que foram aprovadas pelos presentes. Com a palavra a Conselheira Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz apresentou parecer sobre os seguintes processos: parecer favorável ao processo PD0458/96-1, que trata da solicitação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para a cessão e instalação pelo Prodasen, de um conjunto de microcomputador e impressora na sua Assessoria Parlamentar. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0557/96-0 que trata da assinatura de convênio de acesso recíproco às suas bases de dados entre o Prodasen, e a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – Dataprev, já aprovada pelo Presidente do Conselho **ad-referendum**. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0280/96-8, que trata da pro-

posta do IBEP – Instituto Brasileiro de Estudos Políticos para conexão de equipamentos e troca de informações com o Prodasen. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0391/96-4, que trata da renovação do contrato de licença de uso de programas IBM com a IBM Brasil Ind. Máquinas e Serviços Ltda., já aprovada pelo Presidente do Conselho **ad-referendum**. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0390/96-8, que trata da renovação do contrato de aluguel de equipamentos com a IBM Brasil Ind. Máquinas e Serviços Ltda., já aprovada pelo Presidente do Conselho **ad-referendum**. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0364/96-7, que trata da homologação da Concorrência nº 296, que tem como objeto a aquisição de microcomputadores Pentium, já homologada pelo Presidente do Conselho **ad-referendum**. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0207/96-9, que trata da homologação da Concorrência nº 3/96, que tem como objeto a aquisição de microcomputadores servidores de rede Pentium Pro, já homologada pelo Presidente do Conselho **ad-referendum**. O parecer foi aprovado. A Seguir a palavra é concedida ao Conselheiro Rubem Martins Amorese que apresenta parecer sobre os seguintes processos: parecer favorável ao processo PD0347/96-5 que trata da assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal para empréstimos sob consignação aos servidores do Prodasen, já aprovado pelo Presidente do Conselho **ad-referendum**. O parecer foi aprovado; parece favorável ao processo PD0311/96-0 que trata de requerimento de servidores do Prodasen para reposicionamento na Tabela de Vencimentos, onde conclui pelo encaminhamento de minuta de Ato à Comissão Diretora, consubstanciando esta proposta. O parecer foi apro-

vado; parecer favorável ao processo PD0285/96-0 que trata da homologação da Concorrência nº 1/96, que tem como objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva aos equipamentos da plataforma IBM S/370/390 de propriedade do Prodasen, já aprovado pelo Presidente do Conselho **ad-referendum**. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0370/96-7, que trata da contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva aos equipamentos de comunicação do Prodasen, já aprovada pelo Presidente do Conselho **ad-referendum**. O parecer foi aprovado; parecer favorável ao processo PD0332/81-0, que trata da contratação dos serviços de assistência técnica ao programa gerenciador de banco de dados ADBAS.5, já aprovada pelo Presidente do Conselho de Supervisão **ad-referendum**. Com a palavra o Conselheiro Jorge Antonio Orro apresenta parecer favorável ao processo nº PD0605/96-4, que trata da designação da Comissão Permanente de Licitação do Prodasen para o período de 08 de dezembro de 1996 a 10 de março de 1997. A designação foi feita pelo Diretor Executivo do Prodasen **ad-referendum** do Conselho de Supervisão, na forma regulamentar. O parecer foi aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, e eu, Raquel Pinheiro Garcia, Secretária do Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Sr. Presidente e demais membros presentes à reunião. Brasília – DF., 23 de janeiro de 1997. – Senador **Odacir Soares**, Presidente – **Rubem Martins Amorese**, Conselheiro – **Cleide Maria B. F. Cruz**, Conselheira – **Jorge Antonio Orro**, Conselheiro – **Marco Antonio Pais dos Reis**, Diretor-Executivo do Prodasen.

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Omelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO**Líder**

José Eduardo Dutra

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitacio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEVY DIAS	MS-1228/3015	2-ERNANDES AMORIM	TO-2071/72
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPPLY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BENI VERAS	CE-3242/43	4-VAGO	
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	PPB LEVY DIAS	MS-1228/3015
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	PT 1 LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/73
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1228/3015	2-ESPERIDIAO AMIN	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/73	2 ERNANDES AMORIM	RO-2251/55
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2251/55
PT			
EDUARDO SUPPLY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LEVY DIAS	MS-1228/3015	1-ESPERIDIÃO AMIM	SC-4206/07
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	1-LEVY DIAS	MS-1228/3015
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Marluce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP

Osmar Dias²

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto
Paulo Bornhausen

Antônio Ueno
José Carlos Vieira

PMDB

Paulo Ritzel
Valdir Colatto

Elias Abrahão
Rivaldo Macari

PSDB

Franco Montoro

Yeda Crusius

PPB

Fetter Júnior^{3 4}

João Pizzolatti

PP

Dilceu Sperafico

Augustinho Freitas

PT

Miguel Rossetto

Luiz Mainardi

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coleção de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnoldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sérulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo

Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luis Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitás

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

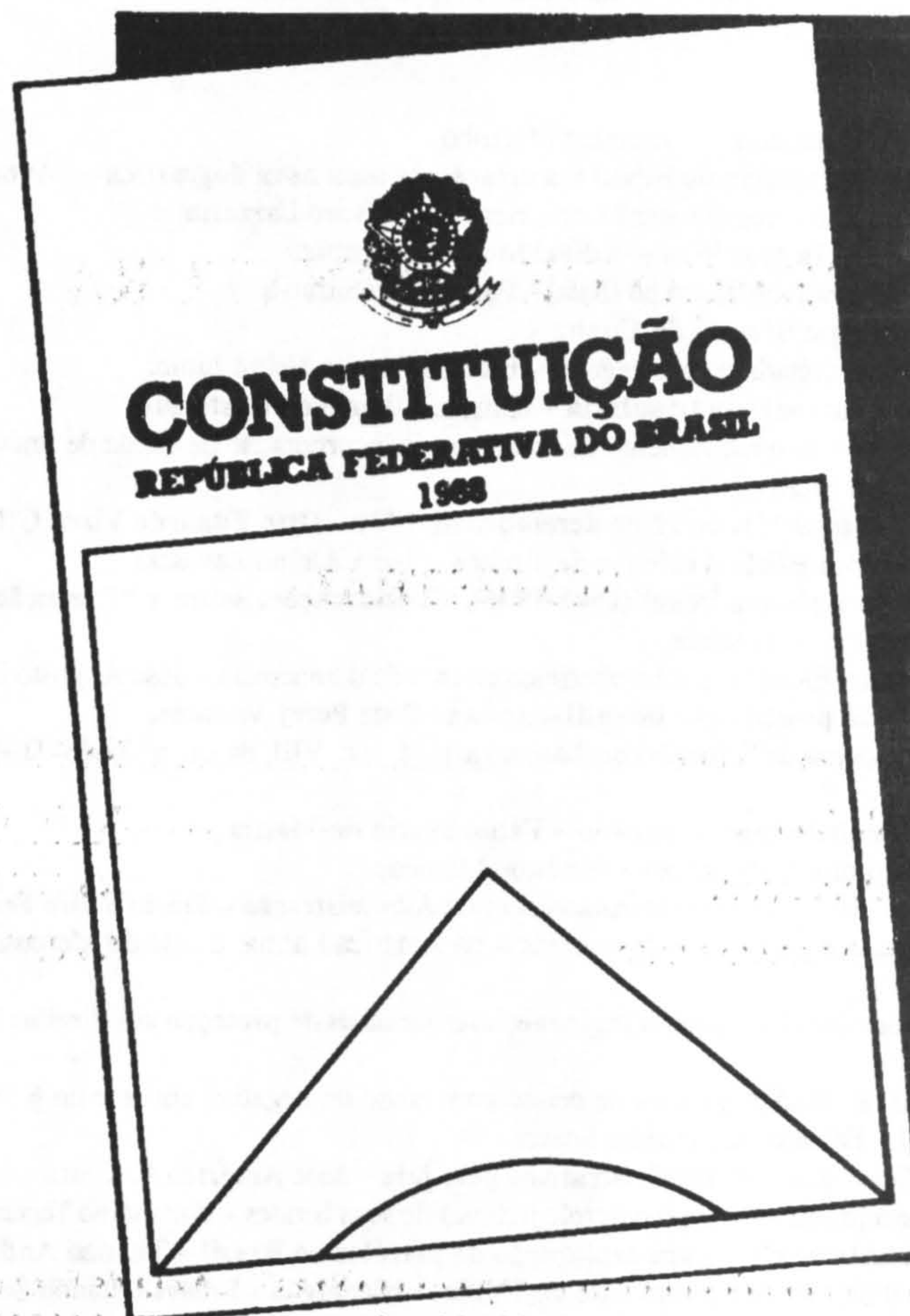
Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1996

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS